



Comunicação oral: EIXO 1 - A Educação Básica Brasileira e Desafios da Atualidade

ENTRE A DIREITA E A ESQUERDA NO BRASIL: TENSÕES NA POLÍTICA EDUCACIONAL E DILEMAS ATUAIS

Jefferson Luis da Silva Cardoso – UFRA*

Rosângela Araújo Darwich – UNAMA**

Resumo: As políticas sociais no Brasil contemporâneo têm sido resultado da alternância de poder entre os governos de esquerda, com filosofia cidadã e social democrática, e de direita, atrelada aos interesses do capital, à luz das ações neoliberais, conservadoras e elitistas. O objetivo deste estudo é apontar as políticas educacionais mais abrangentes dos quatro últimos governos no Brasil – Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro. Trata-se de um recorte de um estudo maior a respeito dos desafios das políticas educacionais no Brasil, bem como dos horizontes futuros sobre a oferta e manutenção da escola pública e gratuita. A metodologia utilizada foi de abordagem qualitativa, fundamentada em pesquisas bibliográficas e documentais. Espera-se contribuir para uma avaliação sobre o caráter social das políticas educacionais que têm sido protagonizadas por diferentes governos e com diferentes focos, ora no atendimento do povo, ora no atendimento do capital.

Palavras-chave: Educação Básica. Políticas Educacionais. Gestão Educacional.

Introdução

A trajetória histórica das políticas educacionais no Brasil sempre esteve atrelada à conjuntura sociopolítica e econômica do Estado nação, cujo caráter essencial tem sido, ao longo do tempo, de base conservadora e patrimonialista, organizado sob o modelo econômico agroexportador até os dias atuais. Assim, a educação sempre ficou relegada aos interesses de cada época – ora aprender a ler, escrever e fazer contas básicas, entre a colônia e o império, foi suficiente para a elite dominante; ora a necessidade de evoluir com mão de obra especializada para o atendimento da indústria, já no período republicano, foi requerida e se tornou uma urgência, tornando a escola um ponto de disputa e poder entre os diferentes governos.

No tempo atual, a promoção das políticas educacionais demanda uma análise mais cuidadosa, haja vista que a alternância de poder vivenciada entre esquerda e direita tem possibilitado vários debates acerca do próprio direito à educação. A questão que se faz neste estudo é: como as políticas educacionais dos últimos vinte anos no Brasil, que compreendem os governos de Lula da Silva (PT), Dilma Rousseff (PT), Michel Temer (MDB) e Jair Bolsonaro

* Doutorando em Comunicação, Linguagens e Cultura pela Universidade da Amazônia (Unama), Professor da Universidade Federal Rural da Amazônia.

**Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Pará.



(PSL), têm impactado a educação do país? O objetivo é analisar o panorama das principais ações dos governos de direita e de esquerda que se fizeram presentes no Brasil desde 2003, bem como os impactos sociais que tiveram junto à sociedade civil organizada.

A metodologia conta com pesquisa bibliográfica e exploratória, tem abordagem qualitativa e análise interpretativa para sistematizar as principais reflexões das leituras realizadas sobre políticas educacionais no Brasil (FLICK, 2009; GIL, 2008; MINAYO, 2006). O estudo, além da introdução e considerações finais, faz uma discussão teórica acerca das tensões geradas nas políticas educacionais a partir da alternância de governo entre 2002 e 2018, baseada em autores como Freire (1996, 1999), Gadotti (1996), Saviani (2009), Tafarel e Neves (2019), Stedile (2016), Gentili e Strubin (2013), e Freitas (2016), dentre outros, que analisam, a partir de diferentes perspectivas, os governos dos últimos vinte anos no Brasil, e que possuem potencial abrangente para novas reflexões acerca do futuro educacional do país.

Tensões das Políticas Educacionais no Brasil: entre a direita e a esquerda, os dilemas atuais

As tensões políticas e históricas, no Brasil, viram, com a chegada da esquerda ao poder, no ano de 2003, um alavancar das áreas sociais – excepcionalmente saúde, moradia e educação. Neste estudo, faz-se um resgate dos cenários da educação no Brasil de ontem, antes do golpe político de 2016; de hoje, do golpe até o governo ultraconservador atual; e do amanhã, incerto, mas promissor, pois “é possível sonhá-lo” (FREIRE, 1996). Por que este período?

Por seus avanços e retrocessos em termos de políticas públicas educacionais. De um lado, a esquerda democrática empreende significativa mudança no cenário nacional, propondo ações que valorizavam a qualidade de vida, o trabalho, a saúde e a educação (DULCI, 2013); do outro lado, a direita e a ultradireita, sob a figura do já conhecido neoliberalismo e conservadorismo, que tendem a perpetuar a exploração do povo e da classe trabalhadora por meio da valorização dos ideais capitalistas (GENTILI; STUBRIN, 2013).

No que diz respeito aos avanços, que se leve em consideração todas as áreas sociais, o jogo político então engendrado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), sob o comando de Luiz Inácio Lula da Silva – primeiro mandato, de 2003 a 2006, e segundo mandato, de 2007 a 2011 –, logrou as luzes do mundo todo, desenhando um novo Brasil, como apontam os escritos de Dulci (2013). Lula (como chamado) foi sucedido pela também companheira de partido, Dilma Vana Rousseff, de 2011 a 2015, que se viu afastada do cargo no início do segundo mandato, no ano de 2016, por meio de um golpe orquestrado e amplamente difundido pela mídia do país.



Na linha histórica e no âmbito dos retrocessos, Michel Temer – Movimento Democrático Brasileiro (MDB) –, após articulações de políticos influentes e descontentes com o Governo Dilma Rousseff, em 2016, consegue tirar a faixa presidencial por meio do processo de *impeachment*, bem alinhavado entre os partidos de direita, Congresso e câmara dos deputados, empresários e outros políticos e personalidades de destaque no Brasil. Com as eleições à porta e um período eleitoral conturbado e tenso, em 2018, eis que o Brasil conhece a nova face da direita conservadora sob a figura pouco amistosa de Jair Messias Bolsonaro, com a impressionante marca de não ter comparecido aos debates nas emissoras de televisão e nem apresentado ao país um projeto de governo que fosse pautado nas necessidades da sociedade brasileira. Mas vamos a uma síntese dos fatos educacionais mais relevantes de cada governo, sem esgotar as reflexões sobre o tema.

Na área educacional, a esquerda democrática, sob o comando de Lula, empreendeu um caminho ambicioso, reunindo, as entidades mais importantes da classe, chamando-as para debates no sentido de criar estratégias que tivessem um impacto significativo na vida das instituições de ensino, pesquisadores/as, educadores/as, educandos/as e trabalhadores/as da educação (DULCI, 2013). Desse modo,

[...] a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), a União Nacional dos Estudantes (UNE), a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), o Conselho de Reitores das Universidades Federais (CRUF), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) – tiveram papel destacado na elaboração e na execução da estratégia de resgate do ensino público brasileiro, depois de duas décadas de acelerada privatização. Projetos decisivos nesse sentido, como a reforma universitária, o Programa Universidade para Todos (Prouni), o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb), o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e o piso nacional do magistério resultaram não só de intenso diálogo mas de uma verdadeira aliança conceitual e prática do governo com as mais variadas organizações civis engajadas na defesa da escola republicana (DULCI, 2013, p. 113-114).

O caráter diferencial do governo, ao chamar as entidades e seus representantes, respeitando suas diversidades de opinião e justiça social, repercutiu até os dias de hoje, como a passagem histórica em que a classe popular teve acesso, de fato, aos serviços sociais, incluindo aí a educação pública de caráter universal. Registra-se, como destacado na citação anterior, o retorno da educação básica ao poder do governo após longo tempo em processo de elitização, privatização e exclusão das classes menos favorecidas. Não obstante, o destaque do chamamento para o diálogo, das organizações engajadas no sentido da escola para todos, sem exceção. Esse jogo rendeu grandes avanços, em termos substanciais, quanto ao crescimento da educação pública – da básica à educação superior.



A riqueza dos escritos de Dulci (2013, p. 122) nos permite referenciar os principais temas da educação: universalização da educação pública, erradicação do analfabetismo, aumento das universidades e criação dos institutos federais, ampliação do número de vagas no ensino superior por meio do Prouni, financiamento da educação básica por meio do Fundeb, e o estabelecimento do piso do magistério. Essas são temáticas que levam às reflexões mais profundas entre trabalhadores, pesquisadores e sociedade civil organizada em prol da educação pública e de caráter democrático. Assim, “ao romper com a insensatez neoliberal e adotar um novo modelo de desenvolvimento para o país, o governo Lula incorporou, em larga medida, as principais bandeiras da sociedade civil”.

Além disso, Saviani (2009) aponta os principais ganhos para educação básica do país com o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE): Plano de Metas do PDE-IDEB e, de forma direta, ações do piso do magistério e formação, programas como Transporte Escolar, Luz para Todos, Saúde nas Escolas, Guia das Tecnologias Educacionais, Educacenso, Mais Educação, Coleção Educadores, Coleção Digital, Programa Nacional do Livro e do Material Didático, Programa Nacional de Alimentação Escolar e Plano Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Essas são ações que impactaram decisivamente e mudaram a realidade da educação do país.

Lula, com suas políticas públicas de caráter social, econômico e educacional, e formando uma verdadeira coalizão de partidos de esquerda, centro esquerda e centro, apoia para a Presidência do Brasil uma mulher. Assim, pela primeira vez na história do país teríamos uma presidenta. Dilma (como chamada), que havia atuado no Ministério de Minas e Energia e, posteriormente, na Casa Civil, foi definida como o nome de sua sucessão pelo Partido dos Trabalhadores, vencendo as eleições contra José Serra (PSDB) (AGUIAR, 2019).

No Governo Dilma se viu a continuidade de projetos e programas que haviam mudado a cara do Brasil em todos os setores no governo de Lula. Faz-se o recorte aqui, da área educacional, haja vista os saltos importantes da educação básica, passando pela profissional e tecnológica, e chegando à educação superior, pois em seu mandato permanecem as parcerias sociais, de forma que se ampliam ainda mais as fronteiras do direito à educação, sob uma política de princípios de cidadania, justiça social e igualdade (GENTILI; STUBRIN, 2013). Ganha destaque o Plano Nacional de Educação (PNE), para o período entre 2014 e 2024, que após ampla discussão com os principais seguimentos sociais interessados, foi aprovado sem vetos (AGUIAR, 2019), mas também com a ênfase nos 10% do Produto Interno Bruto (PIB), que deveria ser aportado até o fim de sua vigência.

Na avaliação de Gentili e Stubrin (2013), qualquer pesquisador que venha fazer uma avaliação da década de Governo do PT não pode desconsiderar as conquistas, as realizações e os



avanços rumo a uma sociedade mais democrática e igualitária, em especial, com a valorização da educação e o sonho por um Brasil melhor no futuro. No entanto, Fernandes (2013) alerta (apesar de vultosos desafios de uma nação descentralizada em União, Estados, Municípios e Distrito Federal) sobre a necessidade de avanços ainda mais significativos em termos educacionais, com vistas à efetivação do direito e da qualidade da educação digna da população brasileira.

Stedile (2016), sobre o processo de afastamento de Dilma, pontua que seu governo cometeu muitos erros, porém iguais aos de outros governos tucanos, e que nunca houve motivos para afastá-los. No entanto, com o caminho livre, o que estaria em jogo seria a perpetuação da exploração da classe trabalhadora. Desse modo, Michel Temer sucede a Dilma, após o golpe político, em 2016, seguiu na presidência do país até as eleições de 2018. Em um processo rápido e factual, ele pisa no freio do alargamento das políticas públicas sociais que foram implementadas ao longo de mais de uma década de governo da esquerda democrática, e retoma a velha agenda neoliberalista dos anos 1990.

Temer (como chamado) inicia seu governo instituindo o Projeto de Emenda à Constituição, a famosa PEC de nº 241 de 2016 que, em resumo, paralisa os gastos públicos por vinte exercícios financeiros no âmbito fiscal e de seguridade social da união, com limites orçamentários individualizados (BRASIL, 2016), o que em tese desconsidera o aumento populacional ao longo de vinte anos, por exemplo, e a necessidade de investimentos nas áreas sociais, de habitação, saúde e educação.

Soares (2017) sinaliza o que aconteceria caso a PEC fosse aprovada, alertando sobre o corte de investimentos em todos os níveis e modalidades de ensino do sistema educacional. A expansão vivida antes do golpe seria estagnada, assim como os principais programas e projetos defendidos pelo PT nos Governos Lula e Dilma, a exemplo do PRONATEC, REUNI, FIES, Prouni, PNE 2014-2014, mas também as políticas afirmativas de cotas para alunos da escola pública, negros, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência. Soares ainda pontua que as principais organizações de luta pela educação, como é o caso da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE), Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), Fórum Nacional de Educação (FNE), União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e o mais novo Movimento Todos pela Educação, se posicionaram amplamente contrários à PEC, uma vez que os ganhos foram reais durante a primeira década dos anos 2000 no âmbito das políticas educacionais.

Na presidência, Temer nomeou Mendonça Filho, do partido dos Democratas (DEM), para o Ministério da Educação (MEC), e ele logo tratou de redirecionar as políticas e ações do MEC a serviço dos neoliberais, retomando a velha linha conservadora da década de 1990



(AGUIAR, 2019). Assim, o MEC, que vinha dialogando com setores da sociedade civil organizada em defesa de políticas educacionais efetivas, rompe os laços e evidencia “uma ‘antiagenda’, que desorganiza a educação em vez de organizá-la. Não evidenciam um plano, mas um caos legislativo contra o qual se previnem as comissões de mérito” (OLIVEIRA, 2009, p. 552) e que advogavam em prol da qualidade da educação.

Não obstante,

O governo federal também interferiu na composição do CNE, principal órgão normativo da educação brasileira, revogando o decreto da presidenta Dilma Rousseff, que nomeou os novos conselheiros do CNE, considerando a consulta às associações e instituições pertinentes [...]. Ao agir dessa forma, o executivo federal procurava adequar a estrutura normativa do Conselho à nova perspectiva do projeto político governamental que se desenhava naquele contexto (AGUIAR, 2019, p. 6).

Agindo dessa maneira, o Governo Federal imprime nova escala de interferência no principal órgão regulador das ações direcionadas à educação, o que facilitaria as manobras em prol de seus interesses. As intervenções foram rápidas – por meio da Medida Provisória nº 746, de 2016, o governo mudaria a estrutura do Ensino Médio, tornando-o integral, alterando de uma só vez a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/1996) e a Lei nº 11.494/2007, do FUNDEB. Com ampla repercussão, as principais agências sociais articuladoras em favor da educação pública manifestam seu repúdio, como no caso do Fórum Nacional de Educação, da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação, da Confederação Nacional do Trabalhadores da Educação, e de tantas outras que vinham dialogando com o setor (SOARES, 2017).

A educação neoliberal defendida por Temer na presidência reflete “os ideais da burguesia, cujo discurso enfatiza o individualismo, e o espírito de liberdade” (DALBERIO, 2009, p. 44), o que em tese redireciona a educação para subserviência do capitalismo e à necessidade de formação aligeirada para atendimento das demandas do mundo do trabalho a baixos salários. Alguns pontos importantes sobre esse cenário: o foco recai no ensino privado; ensino intelectual para elite e ensino profissional para os mais pobres; redução de investimentos públicos; precarização do trabalho docente; o mundo do trabalho controla a direção da educação; austeridade sobre as avaliações; escola como empresa produtiva; pedagogia da qualidade total; descentralizar x centralizar; meritocracia sobre os desempenhos escolares; e o saber tecnológico é dominante (DALBERIO, 2009).

Desse modo, com interferência junto ao MEC, ficou fácil para que o Movimento pela Base Nacional Comum (MBNC) que vinha, desde 2013, ardilosamente pedindo mudanças, criasse força e de fato mudasse os rumos da educação básica no país. Sem o diálogo que vinham fazendo os governos anteriores com a sociedade, Temer mostra toda dimensão conservadora



em defesa da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em 2018, após a terceira versão editada por Mendonça Filho, que tornou restrito o acompanhamento do processo por especialistas no assunto (AGUIAR, 2019) e que estava alicerçada sobre as bases da educação liberal, como apontada anteriormente por Dalberio (2009), demonstrando um retrocesso e um aparelhamento da educação a serviço do mundo do trabalho, da divisão de classes e de exploração dos profissionais da educação.

Na outra ponta da educação básica, a reforma do Ensino Médio, implantada pela Lei nº 13.415/2017, amplia progressivamente as horas até se tornar tempo integral, reorganiza o currículo, flexibiliza o ensino e impõe itinerários formativos com cinco arranjos escolhidos pelos sistemas de ensino de acordo com sua relevância (HERNANDES, 2019), porém atrelado ao cumprimento da BNCC. Freitas (2016) adverte que a flexibilização do currículo atendendo aos interesses dos setores empresariais capitalistas seria, segundo os neoliberais, adequado aos jovens da classe trabalhadora, que necessitam apenas de conhecimentos básicos, limitando-os às aprendizagens restritas e suficientes para o trabalho a baixos rendimentos.

Com o fim do governo Temer, as eleições de 2018 estariam por revelar o alargamento das medidas de atrelamento da educação ao neoliberalismo por meio da agenda ultraconservadora que vinha ganhando força nos últimos anos. Cavalcanti et al. (2020, p. 317) evidenciam o papel crucial da mídia brasileira para a definição das legislaturas no Brasil contemporâneo, atuando como indutora do pensamento da classe dominante e contribuindo sobremaneira para sistematizar e intervir na realidade concreta, de modo que “a classe dominante que alcança o poder político no Planalto central, elemento fundamental para a ‘nova’ emergência do pensamento conservador e seu combate à educação, ao ensino superior e à política de ciência e tecnologia no País”, conseguisse eleger Jair Messias Bolsonaro.

Temer abriu caminho para as reformas educacionais em seu breve mandato, o qual observou, logo em seguida, Bolsonaro chegar ao (des)comando da nação, a partir de 2019. Nesse contexto, ele abraçou Olavo de Carvalho como sua base de leitura social, que nas considerações de Taffarel e Neves (2019, p. 313), “é o pai do setor mais ideologizado do Gabinete, aquele que está na guerra contra o globalismo, o marxismo cultural, o feminismo” e que tem imposto uma visão de apartamento social, em que os ricos só crescem e os pobres vivem à mercê das migalhas trabalhistas que lhes sobra ou à margem da sociedade, que segundo ele, é o local que lhes cabe. As autoras, semelhante ao que mostraram os estudos de Dalberio (2009), apontam os caminhos da educação do governo Bolsonaro, que levanta as seguintes bandeiras: o Estado não tem dever de garantir os direitos sociais; a privatização da educação; educação baseada em competências e habilidades – formação técnica;



desqualificação da massa trabalhadora; terceirização e precarização dos trabalhadores da educação; e precarização do trabalho docente desde a formação inicial.

Neste dado cenário, “partidos de esquerda, sindicatos, movimentos sociais e a escola pública, gratuita, laica e democrática se tornaram objeto de ataques. Professores foram alçados a inimigos do Estado e da Família, acusados de doutrinação ideológica” (CAVALCANTI et al., 2020, p. 318). Nessa perspectiva, a ideologia até então reinante poderia ser mudada apenas por meio de uma “reforma” da educação, tão almejada pelos defensores da BNCC, consolidando a visão padronizada e hegemônica do currículo escolar – da educação infantil ao ensino médio –, tornando-se alicerce das políticas nacionais de avaliação, currículo, gestão e formação dos professores (AGUIAR, 2019).

Em uma linha mais crítica, Oliveira (2018) pontua que a BNCC oportuniza o aparelhamento da educação ao estado, resumindo os currículos a um só para todo o país, controlando a escola com olhar “de fora”, negando as realidades concretas e a diversidade, com avaliações externas de larga escala e com um sistema orquestrado de prêmios e castigos a gestores, professores e alunos por seus desempenhos, um grande erro cometido no contexto da educação no país.

Ainda no contexto da BNCC, é importante salientar que ela é,

primeiramente, uma opção econômica: a implantação da BNCC custará muito menos para a União do que a efetivação dos investimentos preconizados pelo PNE. Em segundo lugar, a Base franqueia um sem-número de oportunidades de negócio para os agentes privados interessados naquilo que dela deriva: novas metodologias para avaliações em larga escala, produção de materiais didáticos, programas de formação docente de baixo custo e flexibilização curricular no ensino médio (especialmente nos nichos da educação profissional e tecnológica e da educação a distância) (CÁSSIO, 2018, p. 245).

Assim, o governo Bolsonaro caminhou em todas as suas frentes no sentido de enfraquecer os movimentos sociais de luta por direitos, mesmo que não tenha como base interpretações científicas, sérias e que deem conta da realidade do Brasil por meio de dados oficiais, vivendo, pelo contrário, de verdadeiros “achismos”, convicções ideológicas e religiosas que, na área da educação, além das breves linhas aqui apresentadas, tentam a todo o custo expurgar a filosofia de Paulo Freire das escolas do país (TAFFAREL; NEVES, 2019). Porém, é necessário organização, mobilização e capacitação do povo para juntos, fazer uma escola que se oponha ao poder burguês presente em nossa sociedade (FREIRE, 1999) e, assim, trilhar novos caminhos para nossa educação.

Para finalizar, Gadotti (1996) contribui de forma precisa quando reforça a visão de Paulo Freire sobre nossa educação, na medida em que ela evidencia a necessidade do olhar sobre a exclusão, a marginalização e o apartamento social do povo, que precisa estudar e tem seu



direito suprimido pelas forças conservadoras da atualidade no Brasil. “E, nesse contexto, é necessário que haja uma ação de resistência à tendência dominante destinada a fazer da escola o *locus* da reflexão, da crítica e da contra hegemonia” (FERREIRA JÚNIOR; BITTAR 2008, p. 639). Nessa linha, o desejo de mudança social existente em Paulo Freire está presente na vida, na obra e na educação brasileira que hoje, além de seu legado, é o alicerce para o esperar do país.

Considerações finais

As disputas políticas dos últimos anos no Brasil serviram para que a população pudesse perceber a diferença com que é tratada por governos com bandeiras divergentes. De um lado a esquerda, historicamente composta por partidos políticos que buscam a harmonia, melhoria e o avanço qualitativo dos serviços sociais voltados ao povo, como saúde, habitação e educação, e, de outro, a direita, abertamente neoliberal, que busca cada vez mais levar às mãos das iniciativas privadas o atendimento do povo, com a diminuição dos serviços públicos, privatizações, terceirizações e precarização do trabalho público destinado à nação. São os fatos que constam na análise das políticas educacionais dos governos analisados neste estudo.

As tensões entre direita e esquerda caracterizam dilemas que permanecem atuais e, mais especificamente quanto ao tema deste estudo, refletem diferentes visões sobre o papel da educação na sociedade e sobre como a educação deve ser financiada, gerenciada e avaliada. Por um lado, a esquerda defende a educação como um direito social e uma ferramenta de transformação social, assim como mais investimentos em educação pública e um currículo mais amplo, que aborde questões sociais e culturais, além de posicionar-se a favor da inclusão e do respeito à diversidade de gênero. Por outro lado, a direita tende a enfatizar a educação como uma questão de mercado e competitividade, favorece a privatização, a redução do papel do Estado na educação, enfatizando um currículo mais voltado para habilidades técnicas e formação de mão de obra para o mercado de trabalho, além de criticar o respeito à diversidade de gênero, que rotula de “ideologia de gênero”.

Além disso, a esquerda tende a defender a importância da educação infantil, compreendida como uma etapa fundamental para o desenvolvimento cognitivo e social das crianças, assim como a importância da autonomia universitária e da formação crítica e reflexiva dos professores, enquanto a direita muitas vezes considera que a educação infantil é responsabilidade dos pais e não do Estado, critica



a influência ideológica das universidades, propondo medidas para controlar o ensino e a pesquisa, com formações estritamente técnica e prática de professores.

Em linhas gerais, os acontecimentos aqui apresentados nos permitem algumas reflexões: a) a educação é sempre atingida pelas políticas governamentais, já que historicamente ela se constitui como campo de disputa e poder entre os diferentes partidos políticos que governam o país; b) há clara distinção entre os avanços alcançados pelos governos de esquerda, que veem na educação um vetor de libertação do povo, já que lhe confere autonomia e maior independência social, e aqueles que norteiam os governos de direita, os quais se alinham aos interesses das agendas neoliberais, que pregam a atuação do estado mínimo de direito; e c) no Brasil, os contextos políticos têm dificultado a melhoria da educação de forma geral – do ensino infantil ao superior –, já que a alternância entre direita e esquerda modifica os cenários educativos de maneira substancial, ora com “investimentos”, ora sem “investimentos”, o que agrava a situação das instituições educacionais e atinge diretamente professores, alunos e a comunidade escolar.

Por fim, o país recentemente saiu das ações retrógradas, conservadoras e neoliberais da direita e voltou aos auspícios da esquerda, de caráter social, democrático, assistencialista e progressista. As primeiras indicações desta última revelam objetivamente novos horizontes para o Brasil, haja vista que retomou os investimentos na ciência, tecnologia e educação, amplamente divulgados pela mídia nacional e internacional. Assim, dá-se o reposicionamento de políticas públicas no sentido nacionalista e a retomada do diálogo social, ponto alto de uma democracia, por meio das instâncias que lidam diretamente com os grupos da sociedade civil organizada e que buscam a qualidade dos serviços públicos à população e, de maneira especial, da educação.

Referências

AGUIAR, M. A. S. Reformas Conservadoras e a “nova educação”: orientações hegemônicas no MEC e no CNE. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 40, e0225329, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/fdCK8QDyRGNwBFWKsMYtvFv/?lang=pt#>, Acesso em: 09 out. 2021.

BRASIL. *PEC 241 - emenda constitucional nº 95 de 15 de dezembro de 2016*. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127337>, Acesso em: 11 out. 2021.



- CÁSSIO, F. L. *Base Nacional Comum Curricular: ponto de saturação e retrocesso na educação*. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 12, n. 23, 2018. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/887/pdf>, Acesso em: 18 out. 2021.
- CAVALCANTI, Cacilda Rodrigues et al. Educação e Cultura na luta por Emancipação da Humanidade: ataques e resistências no governo Bolsonaro. *Revista de Políticas Públicas*, v. 24, 2020. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/15148>, Acesso em: 18 out. 2021.
- DALBERIO, M. C. B. *Neoliberalismo, políticas educacionais e a gestão democrática na escola pública de qualidade*. São Paulo: Paulus, 2009.
- DULCI, L. *Um salto para o futuro: como o Governo Lula colocou o Brasil na rota do desenvolvimento*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.
- FERNANDES, F. C. Conferência Nacional de Educação: uma política de estado. In: GENTILI, P. (org.). *Política Educacional, cidadania e conquistas democráticas*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.
- FERREIRA JR., A.; BITTAR, M. *A educação na perspectiva marxista: uma abordagem baseada em Marx e Gramsci*. Interface - Comunic., Saúde, Educ., v. 12, n. 26, p. 635-46, jul./set. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v12n26/a14.pdf>, Acesso em: 18 out. 2021.
- FLICK, U. *Introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, P. *Que fazer. Teoria e prática em Educação Popular*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- FREITAS, L. C. *Três teses sobre as reformas empresariais da educação: perdendo a ingenuidade*. Cad. Cedes, Campinas, v. 38, n. 99, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/34731/pdf>, Acesso em: 18 out. 2021.
- GADOTTI, M. *Paulo Freire, uma bibliografia*. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 1996.
- GENTILI, P.; STUBRIN, F. Igualdade, direito, à educação e cidadania. In: GENTILI, P. (org.). *Política Educacional, cidadania e conquistas democráticas*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- HERNANDES, Paulo Romualdo. A reforma do Ensino Médio e a produção de desigualdades na educação escolar. *Educação*, Santa Maria, v. 44, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao> Acesso em: 18 out. 2021.
- MINAYO, M. C. S. *O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 10. ed. rev. e aprim. São Paulo: Hucitec, 2006.
- OLIVEIRA, I. B. Políticas Curriculares no contexto do golpe de 2016: debates atuais, embates e resistências. In: AGUIAR, M. A. S.; DOURADO, L. F. (org.). *A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas*. Recife: ANPAE, 2018. Disponível

em: <http://www.anpae.org.br/BibliotecaVirtual/4-Publicacoes/BNCC-VERSAO-FINAL.pdf>, Acesso em: 18 out. 2021.

SAVIANI, D. *PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação: análise crítica da política do MEC*. Campinas: Autores Associados, 2009.

SOARES, F. A. G. *A contrarreforma do ensino médio no governo Michel Temer: a reorganização do projeto neoliberal e a desconstrução da educação física escolar*. João Pessoa, 2017. 190 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

STEDILE, J. P. Frente ao golpe, a mobilização popular. In: PRONER, C; CITTADINO, G.; TENENBAUM, M.; RAMOS, W. (org.). *A resistência ao Golpe de 2016*. Bauru: Canal 6, 2016.

TAFFAREL, C. N. Z.; NEVES, M. L. C. *Tendências da Educação Frente à Correlação de Forças na Luta de Classes: uma análise do governo Bolsonaro na perspectiva educacional*. Estudos IAT, Salvador, v. 4, n. 2, p. 310-329, set. 2019. Disponível em: <http://estudosiat.sec.ba.gov.br/index.php/estudosiat/article/viewFile/153/201>, Acesso em: 18 out. 2021.

